

SECÇÃO III

DA DIREÇÃO

Artigo 22º

A Direção da Associação é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e cinco a sete vogais, eleitos pela Assembleia Geral, de entre os associados, por períodos de três anos, sendo permitida a sua reeleição.

Artigo 23º

1. A eleição do Presidente da Direção pode ainda recair, fora do quadro referido no artigo anterior, em personalidade que goze de comprovada reputação e integridade e seja figura representativa no sector bancário.
2. No caso previsto no número anterior, o Presidente tem direito a uma remuneração fixada pela Assembleia Geral.
3. Se a designação recair em personalidade integrada nos quadros de algum associado, a eleição para o cargo determina a imediata suspensão das suas funções, mas não prejudica os seus direitos na carreira e no regime de segurança social, contando o tempo do exercício desse cargo como prestado nas suas funções de origem.
4. O exercício das funções nos termos deste artigo é incompatível com o desempenho de qualquer outro cargo ou função executiva, de natureza pública ou privada.
5. O Presidente não pode exercer quaisquer funções em bancos ou outras instituições financeiras.
6. É sempre permitido o exercício de atividade docente no ensino superior.

Artigo 24º

1. Na situação prevista no artigo anterior, o Presidente da Direção cessa antecipadamente funções, se ocorrer uma das causas seguintes:
 - a) Incapacidade física permanente, doença ou outro impedimento prolongado para o desempenho das funções;
 - b) Renúncia, por carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
 - c) Destituição;
2. As causas de cessação referidas nas alíneas a) e c) do nº 1 são apreciadas em Assembleia Geral e dependem de aprovação da mesma.
3. Vago o lugar, procede-se à eleição de novo Presidente no prazo máximo de 60 dias seguintes à ocorrência da vacatura.
4. Durante a vacatura, as atribuições do Presidente cabem ao Vice-Presidente da Direção. Artigo 25º

À Direção compete dirigir a Associação e assegurar a prossecução dos seus objetivos e, em especial:

- a) Representar a Associação, em juízo ou fora dele;
- b) Definir orientações gerais ou específicas sobre a posição a assumir pela Associação relativamente a matérias ou questões, de âmbito nacional ou internacional, que lhe sejam submetidas pelo Presidente ou qualquer outro membro da Direção;
- c) Submeter anualmente à aprovação da Assembleia Geral o Plano Anual de Atividades e o Orçamento da Associação;
- d) Submeter à aprovação da Assembleia Geral propostas respeitantes a contribuições dos associados e quaisquer outras que se mostrem necessárias;
- e) Submeter anualmente à aprovação da Assembleia Geral o Relatório da Direção e as Contas da Associação, bem como a Proposta de Aplicação de Resultados, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal;
- f) Cumprir e dar execução às deliberações da Assembleia Geral;
- g) Autorizar ou aprovar alterações da organização e funcionamento dos serviços da Associação
- h) Controlar os ativos, os recursos humanos e os recursos financeiros da Associação; que, pela sua relevância, lhe sejam submetidas pelo Presidente;
- i) Exercer as demais funções e praticar os atos que lhe incumbem nos termos da lei e dos presentes Estatutos.

Artigo 26º

1. A Direção reúne, pelo menos, uma vez por mês, sendo convocada pelo Presidente e só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros.
2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, não podendo haver abstenções e o Presidente goza de voto de desempate.
3. A Direção pode delegar, por ata, poderes em um ou mais dos seus membros ou no Secretário-Geral e autorizar que se proceda à subdelegação desses poderes, estabelecendo, em cada caso, os respetivos limites e condições.
4. Para obrigar a Associação são necessárias as assinaturas de dois membros da Direção; de um só membro quando se trate de matéria que respeite ao exercício de poderes especialmente delegados; de um ou mais procuradores nos termos das respetivas procurações.
5. Os atos de mero expediente e, em geral, os que não envolvam responsabilidade da Associação podem ser assinados apenas por um membro da Direção, pelo Secretário-Geral ou por procurador a quem tenham sido delegados os poderes necessários.
6. A Direção pode deliberar que certos documentos da Associação sejam assinados por processos mecânicos ou chancelas.

Artigo 27º

Ao Presidente da Direção cabe ainda especificamente:

- j) Assegurar a representação da Associação junto de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- k) Definir a organização interna da Associação e exercer, em articulação com o Secretário-Geral, a superintendência dos respetivos serviços;
- l) Velar pelo cumprimento dos planos, orçamentos, regulamentos e deliberações aprovados pelos órgãos da Associação.